ENCANTAR A POLÍTICA

CADERNO ENCANTAR A POLÍTICA Nº2

EDUCAÇÃO POLÍTICA

Brasil: Eleições Gerais 2026

Fortalecer a democracia e eleger um Congresso Nacional amigo do povo

Caderno Encantar a Política nº 2

Educação Política

Brasil: Eleições Gerais 2026

Fortalecer a democracia e eleger um Congresso Nacional amigo do povo

ENCANTAR A POLÍTICA

CRÉDITOS

Caderno Encantar a Política nº 2 - Educação Polícia
Brasil, 2026.
www.encantarapolitica.org.br

Comissão Brasileira Justiça e Paz www.instagram.com/comissaobrasileirajusticaepaz

Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora cepastcnbb.org.br

Movimento Nacional de Fé e Política www.fepolitica.org.br

Conselho Nacional do Laicato do Brasil www.cnlb.org.br

Sinfrajupe – Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia

Revista Casa Comum www.revistacasacomum.com.br

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Camara" www.cefep.org.br

Iser Assessoria www.iserassessoria.org.br

Coletivo Padres da Caminhada padresdacaminhada@gmail.com

Comunidades Eclesiais de Base cebsdobrasil.com.br

Pastoral da Juventude www.pj.org.br

Pastoral da Juventude do Meio Popular pjmp.org

Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato

Rede Brasileira de Fé e Política

CRB Nacional, Rede Brasileira Justiça e Paz

PAMEN – Pastoral do Menor

Comissão Dominicana de Justiça e Paz

Pastorais Sociais e Instituições da Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora da CNBB OLMA – Observatório Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (Jesuítas)

Articulação Brasileira da Economia de Clara e Francisco

Rede Jubileu Sul

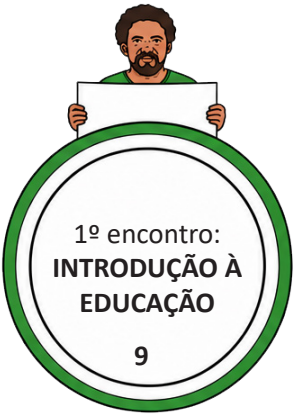
Vida e Juventude www.vidaejuventude.org.br

Cátedra da UNESCO para Juventude da UCB

SUMÁRIO

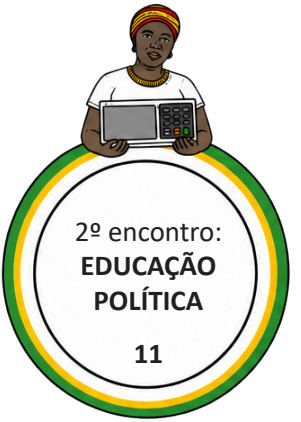
APRESENTAÇÃO

6



1º encontro:
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO

9



2º encontro:
EDUCAÇÃO POLÍTICA

11

3º encontro:
EDUCAÇÃO POLÍTICA
(conclusão)

13

4º encontro:
ECOLOGIA INTEGRAL

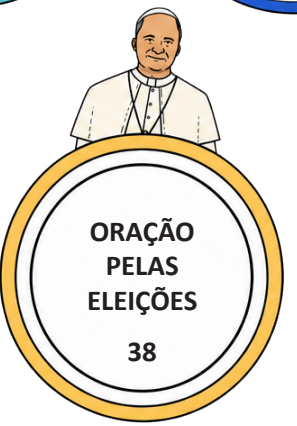
15

5º encontro:
REPÚBLICA E DEMOCRACIA

17

6º encontro:
POLÍTICA E ELEIÇÕES

27



ORAÇÃO PELAS ELEIÇÕES

38

Apresentação

Com alegria e compromisso apresento este **2º Caderno do Encantar a Política** para que pessoas de nossas Comunidades Eclesiais de Base, Pastorais Sociais, Organismos, Instituições, Movimentos Populares, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras, Movimentos Sociais, Coletivos das Juventudes e de Periferias, entre tantas organizações populares do Brasil, possam utilizá-lo com eficácia.

O Projeto Encantar a Política nasceu do protagonismo dos Cristãos Leigos e leigas, desde as lutas pelo Pacto pela Vida e pelo Brasil, em 2020; e teve seu **Caderno Encantar a Política nº 1**, inspirado na Encíclica Fratelli Tutti, de nosso querido e profético, Papa Francisco. Foi sua primeira tradução no Brasil para uma linguagem popular. Nesta carta, o Papa Francisco apresenta em seu Capítulo 5 – "A política melhor".

Assim o objetivo do Projeto Encantar a Política continua o mesmo: resgatar a dignidade da política, como das mais nobres formas de realizar a caridade.

Este **2º Caderno do Encantar a Política** traz seis roteiros de encontros, tendo como texto-base a Agenda Latino Americana 2026[1]. Os roteiros foram produzidos por uma equipe de redação, a partir de um rascunho elaborado por Pedro Ribeiro de Oliveira.

1º encontro: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO

2º encontro: EDUCAÇÃO POLÍTICA

3º encontro: EDUCAÇÃO POLÍTICA (conclusão)

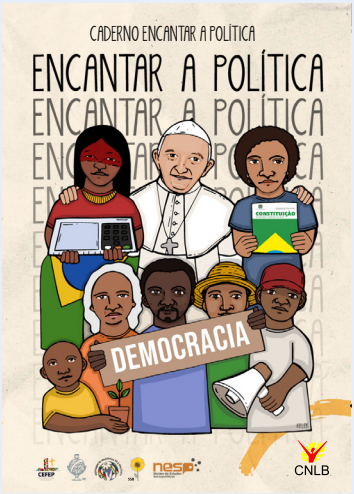
4º encontro: ECOLOGIA INTEGRAL

5º encontro: REPÚBLICA E DEMOCRACIA

6º encontro: POLÍTICA E ELEIÇÕES

A recomendação é que cada animador e animadora realize essa formação em grupos, com 12 lideranças antes do início do período eleitoral (15 de agosto de 2026), para que cada um/a desses/as multiplique com mais outras 12 pessoas das CEBs, Pastorais, Movimentos. É o método de Jesus de Nazaré que possibilitou que a Boa Notícia do Evangelho chegasse até nossos dias de hoje.

1 As páginas indicadas são da Agenda Latino-americana 2026.



Acesse o material pelo botão abaixo

BAIXAR

Leia o QR code para acessar o material

Neste ano de 2026, são três os eixos principais das ações do Projeto Encantar a Política:

a) **Despertar a consciência crítica para uma participação consciente** nas Eleições Gerais;

b) **Denunciar "Parlamentares inimigos do Povo"**, que votaram em propostas contra a vida dos Povos Originários, Comunidades Tradicionais e das pessoas e famílias em vulnerabilidade, bem como retomar o combate à corrupção eleitoral denunciando o uso da máquina pública e a compra de votos;

c) **Defender a democracia, apresentando candidaturas que fortalecem os valores e princípios do Ensino Social da Igreja**, para que possamos eleger um Congresso Nacional e para Assembleia Legislativas estaduais, assim como para os governos estaduais e federal: legítimos/as representantes do povo.

É uma tarefa árdua, mas que gera muita esperança. Esperamos que este Caderno nº 2 ajude a você, meu irmão e minha irmã, nesta missão. Que Nossa Senhora Aparecida abençoe sua vida e missão!

Brasília/DF, 13 de junho de 2026

Dom José Valdeci Mendes dos Santos
Bispo da Diocese de Brejo (MA) e Presidente da Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB)

1º Encontro:

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO

Sendo a primeira reunião das pessoas, deve conter uma introdução ao método de estudo e reflexão em pequenos grupos. Isso feito, inicia-se o estudo.

1. Ler o poema p. 5 e conversar sobre o que diz a sabedoria chinesa sobre a importância da educação.
2. Observar a ilustração da capa para perceber o que ela quer dizer. Cada pessoa deve apontar a figura humana que mais chama sua atenção e na 2ª rodada, qual o título que considera mais importante e por quê.
3. Se sobrar tempo, pode-se ler: Roteiro para o estudo de um artigo (p.16).
4. Para concluir a coordenadora apresenta o método de estudo a ser seguido:

ANTES DA REUNIÃO:

- Ler em casa o texto proposto para o encontro seguinte, anotar o que mais chamar a atenção e as dúvidas que precisam ser esclarecidas.
- Trazer para a reunião o que aprendeu na leitura individual, com disposição de ensinar e de aprender com as outras pessoas do grupo.

DURANTE A REUNIÃO:

- Falar com liberdade, sem receio de “fazer feio”, mas não tomar a palavra muito tempo. Quem coordena a reunião deve controlar o tempo de fala para que todas as pessoas manifestem o que pensam sem alongar demais a reunião.

2º Encontro:

EDUCAÇÃO POLÍTICA

TEXTOS PARA LEITURA EM CASA:

1. “Reinventando-nos para nos libertar” (p. 50-51)
2. “Formação política” (p. 75-76)
3. “Trabalho de base, urgente!” (p. 77-79)
4. Para quem quiser saber mais, recomenda-se o texto “Educação popular e política” (p 80 - 82).

Sugestão para quem coordena:

Para puxar a conversa, iniciar a reflexão sobre o 1º texto perguntando se a gente se identifica com a História ali narrada. Se as pessoas não souberem o que é *globalização* e *mercado*, dar uma breve explicação. Dada a explicação, abrir a roda de conversa.

Em seguida, passar para o 2º texto, lembrando que a ideia do *resto* é usada na Bíblia para falar do *resto de Israel*, aquela parte do Povo que não abandonou a fidelidade a Deus e segue seus mandamentos. Pode então puxar a conversa perguntando: será que nós também somos hoje um *resto*?

Se depois disso ainda tiver tempo, pode-se passar ao tema do Ubuntu.

3º Encontro:

EDUCAÇÃO POLÍTICA

conclusão

TEXTOS PARA LEITURA EM CASA:

1. “Pachamama: dignidade e justiça” (p. 90-91)
2. “Memória” (p. 92-92)

Sugestão para quem coordena:

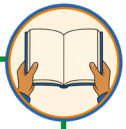
Levantar o debate com questões como: o que é essa “história de cada dia” que transforma a realidade do mundo? O que o grande educador Paulo Freire quer dizer quando afirma que “todos temos algo a ensinar e algo a aprender”? Enfim, estimular as pessoas a falar sobre o saber popular e seu poder de humanizar o mundo, eliminando as injustiças, opressões e maldades.

Fazer um breve intervalo e puxar um canto tipo “eu acredito que o mundo será melhor quando o menor que padece acreditar no menor” e depois levantar o debate sobre a importância da memória para a caminhada de um povo que busca a liberdade e uma vida com mais justiça e qualidade. Lembrar que o texto fala da importância de não esquecermos o que aconteceu no Brasil depois do golpe de 1964. Perguntar às pessoas jovens o que sabem e como avaliam aquele tempo e às mais velhas o que cada uma lembra desse período.

Concluir com a exibição de imagens: um vídeo curto, fotos de Sebastião Salgado sobre o MST ou outro, e pedir que as pessoas digam se isso tem relação com o que foi refletido.

4º Encontro:

ECOLOGIA INTEGRAL



TEXTOS PARA LEITURA EM CASA: *LAUDATO SI'*

1. Sofrimento da Terra e dos pobres = eixo organizador da Encíclica: n. 2
2. São Francisco: n. 10 - 12
3. Apelo: n. 13
4. Síntese: n. 14 – 15
5. Ecologia e sociedade: n. 49
6. Paradigma tecnoeconômico: n. 53
7. Ecologia integral: n. 139

Roteiro para a reunião

- Iniciar cantando o "Xote Ecológico", de Luiz Gonzaga: https://www.youtube.com/watch?v=-jmqYEOhLpsM
- Perguntar qual imagem do vídeo ou verso do xote chamou mais atenção e por que?

Reflexão

Não há dúvidas de que a Terra está sofrendo devido ao avanço da economia, sempre querendo maior consumo. Já entramos na época da *emergência climática*: o clima do nosso Planeta mudou e mudou para pior, porque as catástrofes tendem a ser cada ano mais frequentes e devastadoras. Diante disso, o Papa Francisco escreveu um documento que todo cristão (especialmente a pessoa que se identifica como católica) deveria conhecer e respeitar: a Encíclica "Louvado seja". Lemos em casa alguns trechos desse documento, mas bom mesmo seria estudá-lo por inteiro. Vamos refletir aqui sobre os ensinamentos do Papa:

1. O Ensino Social da Igreja sempre se preocupou com o sofrimento dos pobres, mas agora volta-se para o sofrimento da Terra. Por que? Como essa ideia está ligada a São Francisco?
2. O próprio Papa resume o que diz a Encíclica: o que você aprendeu com essa leitura?
3. Qual a novidade mais importante, na sua visão?
4. A novidade maior é a ideia de "Ecologia Integral": o que essa expressão quer dizer? (Incentivar, então, a reflexão sobre a ligação entre a questão ecológica e a questão social).

Terminar cantando a versão brasileira do "Cântico das Criaturas", de Zé Vicente. Se não for encontrado o cântico completo, pode ser https://www.letras.mus.br/ze-vicente/cantico-das-criaturas/

5º Encontro:
REPÚBLICA E DEMOCRACIA

LEITURA PRÉVIA:

1. **"República e democracia:** duas Palavras, muitos significados", de Robson Sávio.
2. **Sugerir vídeo sobre o tema:** Pode ser o vídeo sobre Democracia do 12º ENFP, o 2º quadradinho na página 303, da Agenda Latino-Americana 2026.

REPÚBLICA E DEMOCRACIA: DUAS PALAVRAS, MUITOS SIGNIFICADOS

Você já deve ter ouvido falar que vivemos em uma **república** e em uma **democracia**. Mas o que essas palavras realmente significam no dia a dia?

De forma simples, podemos dizer que a **democracia** é o jeito de escolher quem vai governar e tomar decisões políticas em benefício de todo o povo. Baseia-se na ideia de que todo poder vem do povo.

Já a **república** é um jeito de organizar o governo. Baseia-se na ideia de que o país é uma "coisa pública", um bem de todos, e não propriedade particular de um rei, de uma família ou de um grupo político ou religioso.

Essas duas ideias andam juntas nos dias de hoje, mas nem sempre foi assim. E, apesar de serem conquistas importantes da humanidade, elas também têm seus limites e desafios, que precisamos entender para que a promessa de um país justo para todos se torne realidade.

Da origem grega até nossos dias

Tanto a palavra "democracia" quanto a ideia de "república" têm suas raízes na Grécia Antiga, há mais de 2.500 anos. "Democracia" vem de *demos* (povo) e *kratos* (poder). "República" vem do latim *res publica*, que significa exatamente "coisa pública".

Na cidade-estado de Atenas, os cidadãos se reuniam na praça pública para discutir e votar os rumos da cidade. Parecia o sonho da participação popular, não é mesmo? Mas aí já aparece o primeiro grande limite: quem era considerado "cidadão"? Eram apenas os homens livres, filhos de pais atenienses. Mulheres, escravos, estrangeiros e crianças ficavam totalmente de fora. A democracia grega era, portanto, uma democracia para muito poucos.

As ideias de democracia e república foram viajando no tempo, sendo apropriadas e transformadas pela cultura ocidental. Séculos depois, inspiraram revoluções como a Francesa e a Americana, que derrubaram reis e impuseram o princípio de que o povo deve ser soberano e o Estado, uma coisa de todos e para todos. Aos poucos, fomos construindo as democracias que conhecemos hoje, com direito a voto universal, liberdade de expressão, eleições periódicas e direitos humanos.

Não dá para negar os avanços que a democracia e a república trouxeram, principalmente no século XX, com a criação do que chamamos **Estado de Bem-Estar Social**. Depois de guerras e crises, principalmente na Europa da segunda metade do século passado, povos de muitos países perceberam que democracia de verdade não pode ser apenas política (o direito de votar), mas também social (respeitar os Direitos Humanos) e econômica (direito de todos terem acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência social, e outros benefícios básicos).

Foi nesse período que os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram direitos fundamentais que até hoje fazem parte da nossa vida: férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado, acesso à saúde, à educação e à aposentadoria, entre outros. A ideia por trás disso era que, se o Estado é coisa de todos, os governantes, eleitos pelo povo, têm a responsabilidade de implementar políticas públicas para a garantia de uma vida digna para todos.

O voto foi, aos poucos, sendo universalizado; os sindicatos ganharam voz; direitos foram assegurados e o mundo – em especial a Europa e Estados Unidos – teve a experiência de que podia ser mais justo para a maioria da população a partir de 1945. Desde então foi aumentando a certeza de que a promessa republicana e democrática se tornaria realidade. No Brasil, essa certeza ganhou força após a Constituição *cidadã* de 1988. Houve, porém, retrocessos.

Limites e desafios: onde a promessa não se cumpre

A história da democracia e da república também tem seus capítulos sombrios e suas contradições. A exclusão que começou na Grécia Antiga não desapareceu; ela apenas mudou de forma. Até hoje, nossas democracias têm dificuldade em incluir a todos os setores da população.

No Brasil, por exemplo, um país ainda marcado por profundas desigualdades estruturais, a exclusão social não se manifesta de uma única for-

ma, mas como um círculo vicioso que aprisiona milhões de brasileiros. Os *indicadores de renda* mostram que uma parcela significativa da população vive com menos do que o necessário para sobreviver, lutando diariamente contra a fome e a insegurança alimentar, o que já compromete a capacidade de pensar no futuro. Essa falta de recursos básicos empurra crianças e jovens para fora da escola ou para um aprendizado de má qualidade, revelado pelos *indicadores de escolaridade*, que perpetuam a falta de oportunidades e condenam gerações a subempregos.

Sem educação de qualidade e sem perspectivas de trabalho digno, muitos jovens se veem vulneráveis ao aliciamento pelo crime, inflando os *indicadores de violência*, que ceifam vidas nas periferias de forma brutal e seletiva. Por fim, mesmo quando tentam acessar seus direitos básicos, como saúde, justiça e moradia, esses mesmos cidadãos esbarram em um Estado que não atende adequadamente. Por exemplo, nosso sistema de justiça é caro, seletivo e elitista. Assim, a baixa renda impede a educação de qualidade, a falta de educação alimenta a violência, e a violência justifica a negação de direitos, em um ciclo que parece feito para manter tudo como está.

Por isso, as eleições deste ano são tão importantes, porque está em disputa um modelo de país que luta pela inclusão e outro, oriundo dos setores retrógrados, que quer manter o povo excluído dos direitos de cidadania.

Olhe ao seu redor. Quem realmente tem poder de decisão? Quem tem suas vozes ouvidas nas ruas e nos gabinetes do governo?

Vivemos em **democracias capitalistas**, e essa junção de democracia com o poder do dinheiro cria uma tensão constante. De um lado, a democracia diz que todos são iguais perante a lei. Do outro, o capitalismo cria uma enorme desigualdade, onde os donos do dinheiro, do capital, têm um poder muito maior que o dos trabalhadores.

Esse poder do dinheiro corrompe a ideia de república de várias maneiras:

1. **Apropriação do Estado:** A *res publica*, a coisa pública, muitas vezes é tratada como coisa privada. Vemos isso na corrupção, quando políticos, empresários e aproveitadores desviam dinheiro público para seus próprios bolsos. Mas também vemos na "privatização" do Estado em benefício de grupos econômicos, com leis feitas sob medida para beneficiar certas empresas ou grupos econômicos – nacionais ou estrangeiros – atuando no Brasil.

2. **Poder do dinheiro na política:** O dinheiro compra o poder político. Grandes empresas, bancos e grupos econômicos financiam campanhas políticas e formam as chamadas *bancadas*. Temos a bancada do agronegócio, a bancada da bala, as bancadas religiosas, a bancada dos grandes empresários. Elas existem e são legítimas dentro da democracia, mas seu poder desproporcional faz com que as leis e as políticas públicas atendam muito mais aos interesses de quem financiou as campanhas políticas do que às necessidades da maioria da população.

3. **Elitização da Justiça:** O poder judiciário, que deveria ser o guardião da justiça para todos, é também refém do dinheiro porque o acesso à justiça é caro e demorado. Além disso, o dinheiro permite que grandes corporações contratem os melhores advogados e arrastem processos por décadas, além de corromper promotores e juízes. O poder do dinheiro influencia também na legislação e leva o sistema de justiça a proteger os poderosos e punir com rigor os pobres. O caso do Banco Master é um exemplo da parcialidade e conivência da Justiça com os ditames do poder econômico. Muitas vezes, os Tribunais são ocupados por pessoas de uma mesma elite social e econômica, com visões de mundo muito distantes da realidade da maioria da população.

República e democracia: uma construção coletiva e inacabada

República e democracia são como uma casa que estamos sempre reformando. A estrutura foi construída com ideias belas e avanços importantes, como os direitos trabalhistas e o voto universal. Mas o telhado ainda deixa entrar água da chuva para muitos, e os alicerces mostram rachaduras causadas pela desigualdade, injustiça, violência...

A história nos ensina que não podemos nos contentar apenas com a existência de eleições livres e periódicas. Uma democracia plena exige participação popular constante, vigilância sobre o uso do dinheiro público e a luta por um Estado que realmente seja de todos e para todos. Exige que a "coisa pública" seja protegida da ganância privada.

O grande desafio neste ano eleitoral é continuar essa reforma, com governos e parlamentares comprometidos com o povo, para que a democracia seja cada vez mais inclusiva e a república seja, de fato, uma coisa de todos, e não apenas dos mais poderosos. É lembrar que assim como na Grécia Antiga a maioria da população – escravos, mulheres, estrangeiros – era deixada de fora, a inclusão dos excluídos e excluídas do banquete dos ricos deve ser nossa luta permanente para que a promessa de um país justo se torne realidade para a totalidade do povo brasileiro.

ROTEIRO PARA A REUNIÃO

- **Pensar um modo criativo de iniciar a reunião. Pode ser o vídeo sobre "Democracia" do 12º ENFP, sugerido para a preparação.**
- **Refletir em grupo sobre os seguintes pontos:**

1

Considerando que a palavra república vem de res publica: coisa pública, bem comum.

Quando falamos em Estado inclusivo, estamos falando de um Estado que entende a educação, a saúde, a moradia e o trabalho como direitos universais, financiados por todos e disponíveis para todos. É a ideia de que o patrimônio público existe para reduzir desigualdades e garantir dignidade.

Assim, vem-se infiltrando a visão de Estado como algo a ser administrado como uma empresa, onde o que importa é o lucro, a eficiência para o mercado e a redução de gastos – especialmente com direitos sociais. Nessa lógica, serviços públicos tendem a ser transferidos para a iniciativa privada, e o espaço do cidadão comum dentro das políticas públicas diminui.

Pensando nas eleições de 2026, vamos refletir:
(Não é necessário trabalhar todas elas, se a reflexão correr bem).

- *Na sua cidade, no seu bairro, quem mais depende dos serviços públicos?*
- *O que aconteceria com essas pessoas se a saúde, a educação e a previdência deixassem de ser obrigação do Estado e virassem negócios como qualquer outro?*
- *O voto que você vai dar em 2026 aproxima o Brasil da ideia de que o Estado é um bem de todos ou entrega a "coisa pública" para interesses privados?*

2

Sabemos que a democracia se sustenta no princípio de que todo voto tem o mesmo valor.

Cada cidadão, rico ou pobre, tem o mesmo poder de escolher seus representantes. Mas, na prática, o dinheiro distorce essa igualdade. Grandes grupos econômicos financiam campanhas de candidatos que, uma vez eleitos, vão propor e votar leis que favoreçam seus interesses. Quando isso acontece, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) deixam de representar a diversidade do povo e passam a representar especialmente os interesses dos poderosos, dos donos do dinheiro.

Grupos autoritários e fundamentalistas religiosos se aproveitam disso: muitas vezes, usam a crítica à corrupção da política para esconder que representam justamente os interesses dos mais ricos, enquanto atacam direitos das maiorias. Já a visão inclusiva defende que a política deve ser ocupada por trabalhadores, negros, mulheres, indígenas e periféricos — justamente para equilibrar a balança.

Pensando nas eleições deste ano, reflita:

- *Quem está financiando os candidatos em quem você pretende votar?*
- *Seus candidatos representam os interesses de bancadas empresariais, grupos religiosos ou defendem pautas populares?*
- *Seu voto leva o poder de decisão para as mãos do povo ou deixa nas mãos de quem tem mais dinheiro para ditar as regras do jogo?*

3

Sabemos que Democracia é ter Direitos respeitados.

Porém, muita gente reduz a democracia ao ato de votar em cada eleição. Mas democracia de verdade exige mais: exige que as minorias sejam respeitadas, que a diversidade de opiniões possa existir sem violência, que a liberdade religiosa seja para todos os cultos e não apenas para alguns, e que os direitos humanos sejam a base de tudo.

Grupos religiosos fundamentalistas tendem a impor uma verdade única, muitas vezes baseada em dogmas religiosos ou em valores morais de um grupo específico, como se fossem os donos da verdade. Isso ameaça a laicidade do Estado — ou seja, a ideia de que o governo não pode ter religião e deve proteger igualmente todas as crenças, inclusive os não crentes. Quando o Estado se torna autoritário ou uma teocracia (governado por religiosos), ele começa a perseguir quem pensa diferente, quem ama diferente, quem reza diferente.

Pensando nas eleições de 2026, reflita:

- *Você se sente livre para ser quem é, amar quem ama e crer no que crê no Brasil de hoje?*
- *Os candidatos que você vai escolher defendem o direito de todos à existência digna ou querem impor uma verdade única, perseguindo quem está fora desse padrão?*
- *A democracia que você quer é apenas a urna funcionando ou é um país onde ninguém precisa ter medo de ser quem é?*

Uma reflexão final

Em 2026, mais do que noutros tempos, a disputa eleitoral pelo seu voto não será apenas entre pessoas ou partidos. Será entre dois projetos de país: um que enxerga o Estado como ferramenta de inclusão e proteção de todos, e outro que quer o desmanche do Estado para não garantir os direitos, mas tratá-los como privilégios. A pergunta que fica é: **que tipo de república e que tipo de democracia você quer ajudar a construir?**

Que essas questões te acompanhem até a hora de votar.

6º Encontro:

POLÍTICA E ELEIÇÕES

LEITURA PRÉVIA:

Sugerir o texto abaixo "Eleição e Política", extraído do folheto do NesP – Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas.

ELEIÇÃO E POLÍTICA

Muita gente chama o tempo de eleições de "tempo de política", como se a política fosse apenas a escolha de governantes. Hoje vamos estudar a Política, que é uma "forma sublime de praticar o amor ao próximo", como ensinam os Papas. Queremos partilhar com você os resultados do nosso estudo, porque estamos convencidos de que a participação consciente das pessoas é o melhor caminho para construir a Democracia.

Política

Vamos começar falando de Política como participação da sociedade. Sua história começa há mais de 800 anos: em 1215, quando os nobres da Inglaterra se revoltaram contra o aumento de impostos cobrados pelo rei. Para conter a revolta, o rei assinou a *Magna Carta* que, entre outras concessões, instituiu o controle dos impostos por um Conselho de Barões. Assim o poder do rei deixou de ser absoluto: os súditos conquistaram o direito de só pagar os impostos que eles aprovassem e o direito de estabelecer o destino a ser dado ao dinheiro arrecadado. Um Conselho foi criado para decidir em nome dos súditos, mas naquela época nem se pensava em participação democrática, do povo todo: somente os nobres tinham assento no Conselho do Reino. Apesar dessa deficiência, ali foi lançada a semente do Estado Constitucional, isto é, baseado numa Constituição que estabelece a forma de criar ou mudar as leis do País. Por isso até hoje a Constituição é chamada de *Carta Magna*.

Os barões ingleses entenderam corretamente que quem paga imposto tem direito a decidir sobre sua utilização, mas reservaram esse direito somente para si. Só com muito tempo e muita luta política esse direito foi-se estendendo até o povo todo. Este é um dos desafios do Estado democrático: criar instrumentos que permitam a todo contribuinte decidir sobre o destino de seus impostos. Esta é uma das mais antigas conquistas da democracia: quem exerce o poder público (rei, presidente, ministro, prefeito) não é *dono* dos recursos arrecadados, mas sim uma espécie de *gerente*. Ele deve *administrar* a coisa pública, destinando os recursos conforme o destino decidido pelos cidadãos e cidadãs.

Aqui chegamos ao ponto-chave: todos pagamos impostos, queiramos ou não. Mas pouca gente, muito pouca gente, decide sobre o destino a ser dado aos impostos, isto é, em quê e como eles devem ser gastos. Decidir sobre o destino dos recursos arrecadados pelos impostos é a primeira atribuição de quem faz política. É como uma estrada de mão dupla: numa se paga imposto; na outra, se decide onde ele será usado. Para facilitar essa

decisão, devemos escolher quem, em nosso nome, vai decidir sobre quanto gastar em qual área de interesse da população. Por isso, Política não é o mesmo que Eleição, mas Eleição é parte da Política: é **eleger quem vai decidir sobre o uso do dinheiro arrecadado pelos impostos.**

Políticas públicas

Todas as medidas e disposições governamentais que atingem a sociedade, influenciando as condições de existência dos cidadãos, são chamadas de **políticas públicas**. Elas afetam os diversos setores da vida coletiva. Fala-se de **política** econômica, ambiental, previdenciária, industrial, de segurança, de telecomunicações, tecnológica, prisional, cultural, energética, de relações internacionais, educacional, de saúde, monetária e outras. Algumas são definidas em âmbito federal (p.ex. defesa nacional), outras cabem aos Estados (p.ex. segurança pública), outras aos Municípios (p.ex. mobilidade urbana) e outras passam pelos três âmbitos (p.ex. saúde). Daí a importância das eleições: elas legitimam a autoridade a quem define os rumos das políticas públicas no Brasil.

Os poderes da república

Conforme a **tradição democrática**, a Constituição do Brasil reconhece três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Essa divisão dos poderes é fundamental na Democracia, porque impede sua concentração nas mãos de um único mandante (é o que se chama ditadura). Cada Poder deve ser independente – um não pode interferir no funcionamento do outro – mas devem funcionar em harmonia entre si.

Ao **Poder Executivo** cabe **governar**, arrecadando e administrando os recursos públicos. Seus chefes estão na Presidência da República, no Governo Estadual e na Prefeitura Municipal. Não governam sozinhos, é claro:

nomeiam ministras e secretários para executar as políticas de sua área com o auxílio dos organismos e de servidores públicos de carreira. Ao nomear pessoas de sua confiança para assumir cargo executivo, é normal que quem está no governo dê preferência a pessoas de seu partido ou de partido aliado.

O **Poder Legislativo** é o que deve fazer as Leis e autorizar os gastos do governo. Está presente no âmbito Nacional (senadores e deputados federais), Estadual (deputados estaduais) e Municipal (Câmara de vereadores). Cabe a esses *mandatários e mandatárias* votar leis, fiscalizar as ações do Executivo, votar os orçamentos apresentados por ele e aprovar sua prestação de contas. Em casos especiais, podem julgar e cassar mandatos do próprio Legislativo e do Executivo.

Enfim, existe o **Poder Judiciário** que não faz leis, mas lhes dá a interpretação correta e julga as pendências. Seu âmbito pode ser federal ou estadual, dependendo da causa em questão. Seus membros são os juízes e promotoras – que atuam por Comarcas desde sua aprovação em concurso público – e desembargadoras (nos Estados) ou ministros (dos Tribunais superiores), que são nomeadas pelo Poder Executivo, com a aprovação do Legislativo.

A divisão de Poderes é fundamental para a Democracia, porque quando todos os poderes são exercidos por um único organismo ou numa só pessoa resulta o totalitarismo ou a ditadura. Apesar disso, muita gente pensa que o Executivo pode fazer tudo que quer, porque ganhou a eleição. Outro erro é ignorar as instâncias do Poder: o Município, o Estado e a União. Cada uma tem atribuições próprias. Em alguns casos – p.ex. Educação, Saúde e Assistência social – as três instâncias dividem a tarefa; outros – p. ex. Relações Exteriores, Moeda e Defesa Nacional – são de competência exclusiva da União.

Conquista importante da Democracia é estabelecer a diversidade no poder Legislativo: a Câmara Municipal deve ter no mínimo 9 vereadores, para possibilitar o embate de ideias e projetos, e não o pensamento único. Prevalecerá a proposta com maior número de adeptos, mas será assegu-

rado o direito de expressão da minoria. Embora muita gente ache que o Legislativo custe caro – porque vereadores, deputados e senadores precisam ter assessores e auxiliares – este é o preço da Democracia que leva em conta também as minorias.

É importante estarmos conscientes desses equívocos, porque por vezes o governante pratica atos assistenciais que agradam o povo sem implementar políticas públicas eficientes. É preciso saber escolher quem deve conduzir as políticas públicas no Município, no Estado e no País. Para isso a tradição republicana estabelece eleições livres: todos os cidadãos e cidadãs com 16 anos ou mais são chamados a escolher quem vai dar o rumo das políticas públicas. É o processo eleitoral.

Processo eleitoral

As eleições podem ser de dois tipos:

(1) ***Majoritárias*** quando candidatos a presidente, governador, senador e prefeito disputam **uma** única **vaga**[2] e é eleito quem obtiver o maior número dos votos válidos.

(2) ***Proporcionais*** quando os candidatos ao Legislativo (deputados e vereadoras) disputam **todas** as vagas existentes para o seu Estado ou Município[3] e isso abre a possibilidade de muitas pessoas se candidatarem nas eleições proporcionais. Basta ver o tamanho da lista de candidatos a deputados federais ou estaduais, ou a vereadores nas eleições mu-

2 A exceção é o caso de senadores, que em 2026 disputam 2 vagas por Estado. Mas isso não muda a forma de apuração dos votos: são eleitos os dois candidatos mais votados e os suplentes que ele apresenta na chapa.

3 Municípios menores têm 9 vereadores e os maiores podem ter até 55. Estados menos populosos têm 8 deputados federais e 24 estaduais, enquanto o mais populoso (São Paulo) tem 70 deputados federais e 94 estaduais.

nicipais. Para que os eleitos sejam representativos da população, a lei brasileira obriga o candidato a se filiar a um Partido que represente um projeto político legítimo. As vagas são distribuídas entre os Partidos conforme sua votação: dividindo-se o número de votos válidos pelo total de vagas em disputa, estabelece-se quantos votos são necessários para o Partido (ou Coligação partidária) eleger um ou mais de seus candidatos. Terminada a apuração, o Tribunal Eleitoral define quantas vagas cabem a cada Partido (ou Coligação partidária), sendo eleitos os mais votados de cada Partido e ficando como suplentes os que receberam menor votação[4].

Esse sistema tem um lado positivo e outro negativo.

- O lado positivo é que a maioria dos candidatos não recebe votação suficiente para se eleger, mas ajuda a eleger um ou uma colega de Partido, que em teoria deve ter o mesmo ideário que ele. Assim, nas eleições *proporcionais* todo voto válido conta*:* se não eleger aquele candidato, elegerá outro candidato do mesmo partido. Se o Partido tiver direito a 3 vagas, serão eleitos os 3 candidatos mais votados do Partido, ficando os seguintes mais votados como 1º, 2º e 3º suplentes. Daí a importância de terem os candidatos a mesma identidade partidária. Havendo coerência partidária, não existe "voto perdido" em eleições *proporcionais* (exceto quando o Partido não alcança o *quociente eleitoral*).

- O lado negativo é que esse sistema requer Partidos que tenham realmente um ideário político comum a todos os seus membros, para o Partido não se tornar uma simples legenda eleitoral. O problema é que isso nem sempre é realidade. Nessa brecha entram políticos profissionais que estimulam pessoas desinformadas a se

4 Tanto nas eleições *majoritárias* quanto nas *proporcionais,* os votos **nulos** ou em **branco** são descartados. Mesmo que sejam muitos, não anulam a eleição.

candidatarem para acrescentar votos ao seu Partido, sabendo que elas não terão votação suficiente para ganhar uma vaga. Eles induzem pessoas estimadas em suas comunidades a se candidatarem, porque elas trazem votos sem colocar em risco seu favoritismo. Passadas as eleições, essas pessoas descobrem que foram usadas apenas como *alavancas* eleitorais.

Talvez você conheça um desses casos em que a *politicagem* prejudica as comunidades: uma pessoa de liderança se candidata a vereador na ilusão de conseguir eleger-se, mas vê seus votos favorecerem quem não merece e frustra-se com a política. Você pode reconhecer esse tipo de candidatura quando a pessoa não fala do seu partido, mas sim de sua vida pessoal e familiar, sua participação na Igreja, sua honestidade pessoal, e outros temas alheios à política. Por isso não são raros os casos em que líderes usados para alavancar campanhas de políticos profissionais provocam divisões na comunidade.

Outra coisa é o caso de quem se candidata sabendo que sua candidatura visa antes de tudo colaborar com seu Partido para conquistar os votos necessários e ter direito a uma ou mais vagas. Se conseguir ser eleito, melhor; se não conseguir, sabe que seu companheiro ou companheira de Partido vai representar o mesmo projeto na instância política.

Partidos e governo

Iniciamos este capítulo falando que a Política não se reduz ao processo eleitoral e mostrando que eleições democráticas são a melhor forma encontrada até hoje para assegurar a representatividade do povo nas decisões políticas. Agora é preciso falar da importância dos Partidos, que muita gente pensa que só existem para participar das eleições.

Terminado o processo eleitoral, os candidatos eleitos para cargos do Poder Executivo – Presidente, Governador e Prefeito – vão formar o gover-

no buscando o apoio do Poder Legislativo, porque se a Oposição for mais numerosa do que os parlamentares a favor do governo, fica quase impossível aprovar as Políticas Públicas propostas pelo governo eleito. Esse é o jogo político que tanto desgasta a imagem de quem entra nele. A pessoa precisa fazer concessões aos adversários para ter seus projetos aprovados e nem sempre isso dá certo. É claro que é bom haver vozes de oposição, para criticar e corrigir os erros que os governantes inevitavelmente cometem, mas se a oposição for intransigente e tiver a maioria das cadeiras, ela pode paralisar um governo legitimamente eleito. Aqui entra a importância dos Partidos Políticos.

Um parlamentar – senador, deputado, vereador – não é apenas uma pessoa individual, mas é também membro do Partido pelo qual concorreu à eleição. (Lembre-se: são os votos dados ao Partido que definem o número de vagas a serem ocupadas por seus membros). Se o Partido compõe a base do governo, um parlamentar que votar com a oposição estará traindo seu Partido e pode ser punido. E vice-versa: se um Partido se coloca na oposição, seus parlamentares só podem votar a favor do Governo se houver um acordo. Entre esses dois polos se dá o jogo político, que deveria ser ético, mas nem sempre é: é o que chamamos *politicagem*. Daí as discussões, ofensas e trocas de favores que causam asco a quem assiste – sem entender – os meandros do poder.

Por isso, ao votar, é preciso sempre considerar o Partido do candidato, para haver coerência entre o voto para o Poder Executivo e o voto para o Legislativo. É incoerente votar para Presidente ou Governador no candidato de um Partido e para Senador ou Deputado em candidato de Partido de oposição! Ao votar, devemos escolher primeiro o candidato ao Poder Executivo e depois o candidato ao Legislativo, para que haja afinidade partidária entre eles. Se não fizermos assim, acabamos elegendo um Presidente ou Governador que terá dificuldades para governar devido ao grande número de parlamentares de oposição!

Participar do processo eleitoral

É evidente que os cristãos leigos e leigas podem e devem participar de campanhas eleitorais, mas é preciso que essa participação tenha bem claras as regras do jogo eleitoral. Entender o atual sistema eleitoral, com suas regras de filiação partidária e apuração dos votos, é importante para saber qual será o **destino do nosso voto**. Sabendo da importância do Partido, informe-se como ele tem votado: a favor ou contra as propostas políticas que você apoia? Informar-se bem sobre o Partido de seu candidato ou candidata, é mais importante do que informar-se sobre suas qualidades pessoais e sua capacidade para o exercício de cargo político. Não esqueça que nas eleições *proporcionais* o voto vai **primeiro** para o **Partido** e só **depois** para o **candidato**.

As eleições de 2026 serão de grande importância para definir o futuro do nosso País, que está dividido entre dois grandes projetos políticos: um, representado pelo governo Lula; outro, pelo governo Bolsonaro.

- O projeto encabeçado por Lula propõe avançar nas reformas sociais que a oposição do atual Congresso tudo fez para impedir. Agora ele concorre a mais um mandato esperando conquistar maior número de apoiadores do Congresso e assim deixar a seu sucessor um Brasil com reformas consolidadas para garantir os Direitos Sociais.

- O projeto do grupo de Bolsonaro representa o desmonte das reformas sociais conquistadas depois de 1988: seus apoiadores se propõem a continuar esse processo de demolição das Políticas sociais, com a promessa de estabelecer uma sociedade regida pelos interesses econômicos, ficando o Estado com mais poder para reprimir as demandas populares, em nome da Segurança Pública.

Esses dois grandes projetos têm variantes mais ou menos radicais, que se expressam na diversidade de Partidos que os apoiam direta ou velada-

mente. Seu voto, em 2026 não será, portanto, apenas um voto em pessoas que têm sua confiança, mas será principalmente o apoio a um ou outro desses projetos.

E nunca esquecer a recomendação de Jesus:

"Eis que vos envio como ovelhas no meio de lobos; sede pois prudentes como as serpentes e simples como as pombas"

(Mt. 10, 16).

ROTEIRO PARA A REUNIÃO

- **Pensar um modo criativo de iniciar a reunião:** Pode ser um vídeo ou imagens da grande mobilização social pelas "Diretas Já" em 1983-84.
- O que se entende por Políticas Públicas? Pensar exemplos de Políticas públicas que favorecem mais os ricos, como a segurança dos aeroportos, ou que favorece mais os pobres, como o transporte público e debater sobre quem decide sobre o orçamento de cada uma.
- Por que o voto é o direito que corresponde ao dever de pagar imposto?
- Por que ao votar para o Legislativo precisamos prestar tanta atenção ao Partido do candidato que escolhemos?
- Por que podemos dizer que "Voto não tem preço. Tem consequência"?
- Para concluir o curso, ler a Poesia do CEPIS (p. 134-135).

Oração pelas Eleições[5]

Senhor, nosso Deus e Criador, que nos destes uma natureza feita à vossa imagem e semelhança, elevando a nossa humanidade a um dom magnífico, unido a seu filho Jesus Cristo e ao Espírito Santo, pedimos:

Olhai, com bondade e misericórdia, para o nosso povo neste momento de eleições.

Concedei-nos a graça de escolher pessoas para governantes e legisladores que sejam verdadeiros servidores da vida, da verdade e da justiça. Que eu possa conhecer a história de vida e atuação do Partido em que elas se candidatam para melhor decidir o voto e o apoio.

Que essas pessoas que escolhermos coloquem a ética, o bem comum, o bem-viver, a dignidade de cada pessoa e a integridade da Natureza acima de interesses individuais, partidários, tecnológicos ou puramente econômicos.

Iluminai a nossa inteligência e a nossa consciência, para que o nosso voto não seja guiado pelo egoísmo ou pela manipulação da fé ou das redes digitais, mas pelo compromisso com as pessoas e famílias mais vulneráveis e pela construção de uma verdadeira fraternidade.

Fazei, Senhor, com que a nossa sociedade e famílias não sejam desfiguradas pelas divisões, mas guiadas por uma sólida cultura do encontro e do diálogo, e por uma verdadeira civilização do amor.

Dai-nos a coragem de denunciar, a liberdade consciente de escolher e protegei o trabalho de todos os nossos irmãos e irmãs, para que a técnica e o poder estejam sempre a serviço da pessoa humana e da integridade da Criação, e que ninguém seja descartado ou explorado.

Maria, Mãe da Igreja e Rainha da Paz, rogai por nós e pelo nosso país,

Amém.

5 Oração inspirada na meditação da Encíclica Magnifica Humanitas, do papa Leão XIV

ENCANTAR A POLÍTICA